

Florestan Fernandes



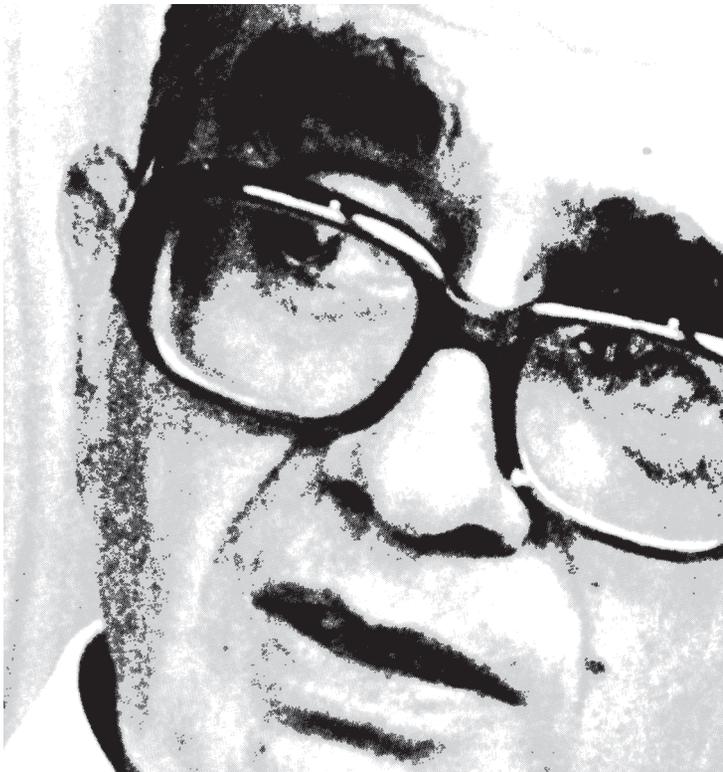
SYLVIA GEMIGNANI GARCIA

"O verdadeiro espírito científico e a pesquisa sociológica independente foram sepultados para sempre? A semente sob a neve germinará de novo, com maior força e viço insopitável?"

(Florestan Fernandes).

"A razão, esse produto histórico, precisa ser continuamente reproduzida por esforços históricos que garantam as condições sociais de possibilidade do pensamento racional"

(Pierre Bourdieu).



e a autonomia da ciência

SYLVIA GEMIGNANI GARCIA é professora do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

Florestan. Sociologia e Consciência Social no Brasil, de José de Souza Martins, São Paulo, Edusp, 1998.

Florestan ou O Sentido das Coisas, organização de Paulo Henrique Martinez, São Paulo, Boitempo, 1998.

Na página anterior, Florestan Fernandes em foto-montagem

foram recentemente publicados em São Paulo dois livros sobre Florestan Fernandes e os caminhos da reflexão sociológica no Brasil. Em *Florestan. Sociologia e Consciência Social no Brasil*, José de

Souza Martins reúne seis artigos e duas entrevistas, todos posteriores ao falecimento de Florestan, em agosto de 1995, acompanhados de um conjunto de fotografias que documentam diversos momentos de sua trajetória intelectual e política. Abordando diferentes aspectos da vida e do pensamento de Florestan, o conjunto de textos configura uma grande reflexão sobre a formação da chamada *escola paulista de sociologia*, em alguns de seus aspectos mais distintivos, tais como a concepção da prática sociológica, do papel social do intelectual e das relações entre universidade e sociedade.

Florestan ou O Sentido das Coisas é uma coletânea que reúne os trabalhos apresentados no seminário temático “□Florestan Fernandes Intelectual Militante”, promovido pelo Centro Universitário Maria Antonia em 1996. Como explica o organizador do volume, o historiador e por muitos anos assessor parlamentar de Florestan, Paulo Henrique Martinez, a esses trabalhos foram agregados outros textos sobre Florestan, compondo um conjunto de quinze artigos distribuídos em três blocos temáticos. Sobre o “intelectual militante” escrevem Boris Schnaiderman, Antonio Candido, Heloísa Fernandes e Ivan Valente; “capitalismo contemporâneo e crise do socialismo” é assunto para Caio Navarro de Toledo, Emir Sader, Lincoln Secco, Marcos Del Roio e Ricardo

Antunes; e, finalmente, “universidade: cultura, ciência e política” agrega artigos de Afrânio Catani, Élide Rugai Bastos, Irene Cardoso, Marcelo Ridenti, Maria Arminda Arruda e Octavio Ianni. Distintos entre si quanto ao enfoque e ao estilo, eles abordam diversos aspectos da militância intelectual e política de Florestan Fernandes como professor da Faculdade de Filosofia da USP, desde a década de 40 até a cassação em 1969, e como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, de 1987 a 1995. Além de um álbum fotográfico e dados biográficos e bibliográficos sobre Florestan, são acrescentados em apêndice alguns documentos importantes para a análise de suas posições políticas e bases eleitorais, entre os quais destaca-se o “anteprojeto de programa técnico-eleitoral da Coligação Democrática Radical”, movimento de orientação trotskista ao qual Florestan esteve ligado nos anos 40.

Um dos temas comuns mais importantes nesses dois livros que se somam a uma literatura em contínuo crescimento, sobre a obra de Florestan Fernandes e a história das ciências sociais no Brasil, é a questão das relações entre sociologia e sociedade e do papel social do intelectual. Concentrando-me sobre esse tema, certamente não faço justiça à grande variedade de problemas discutidos pelos diversos autores nesses dois livros, deixando de lado importantes contribuições para a compreensão da história cultural e política do Brasil moderno. Por outro lado, a discussão acerca da tarefa civilizatória do intelectual segundo Florestan Fernandes permite a abordagem de um assunto dos mais importantes para a história do pensamento sociológico e uma pequena indagação sobre os rumos contemporâneos da ciência e da cultura no Brasil.

Nessa ótica e tomados em conjunto, esses dois livros que discutem o passado dialogam de modo intenso e perturbador com a atualidade, propondo-lhe a questão de sua relação com uma tradição cronologicamente próxima que, no entanto, aparece como algo longínquo, perdido, quase impensável para a mentalidade hoje dominante, seja em relação às perspectivas po-

líticas, seja quanto às concepções sobre a universidade e as relações entre ciência e sociedade. Atualizando a tradição sociológica de Florestan Fernandes em análises históricas que convidam o leitor a problematizar o presente, os dois livros tematizam o esquecimento, a perda de um sentido que drasticamente recua não só para a zona do não-sabido, como também do impensável e do impossível.

Essa perspectiva está presente desde o início dos trabalhos. Segundo José de Souza Martins, seu livro é endereçado às novas gerações de estudantes universitários que não puderam conviver com os cientistas sociais responsáveis por uma interpretação da sociedade brasileira que continua inacabada. Por isso, ele define como sua principal finalidade suscitar nas novas gerações a curiosidade pela leitura e releitura da obra desses cientistas sociais, “enquanto ato de atualização da nossa consciência sobre os dilemas, crises e possibilidades de nosso país [...]” (p. 19). Um mesmo esforço de recuperação da tradição da *escola paulista de sociologia* para o presente manifesta-se na própria concepção do seminário temático que dá origem ao livro *Florestan Fernandes ou O Sentido das Coisas*. Como informa Paulo Martinez, o evento foi concebido não apenas como homenagem ao eminente sociólogo, mas principalmente com o propósito de divulgar sua obra entre as novas gerações, abrindo um canal de ligação entre seu pensamento e os jovens estudantes da atualidade. A expressão de uma descontinuidade radical entre o presente e o passado recente encontra uma formulação mais ampla no desfecho do artigo de apresentação de Carlos Guilherme Mota, que dá o expressivo título ao livro, aonde lemos: “De Florestan, fica muito. [...] Fica [...] um sentido geral para as coisas, numa era em que a ‘nossa modernidade’ insiste em apontar para o não-sentido” (p. 18). Desse modo, encontra-se nas análises desses autores, entre os quais estão alguns dos mais importantes intérpretes do pensamento social brasileiro da atualidade, o problema da retomada da reflexão sociológica da *escola paulista* pelas

novas gerações de cientistas sociais (1). Para dar um único exemplo, cito o artigo de Élide Rugai Bastos. Esclarecendo os sentidos políticos da ruptura temática e da renovação metodológica representadas pela sociologia de Florestan, a autora aborda o modo como a definição de uma tarefa social e política está embutida na concepção sociológica de Florestan, usando como exemplo os dois prefácios de *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, o primeiro de 1962 e o segundo de 1976. Neste último, escrito em momento posterior às cassações e perseguições a líderes políticos e intelectuais, Florestan pergunta-se: “O verdadeiro espírito científico e a pesquisa sociológica independente foram sepultados para sempre? A semente sob a neve germinará de novo, com maior força e com viço insopitável?” Para Élide Bastos, “essa resposta não será dada por nós mais velhos, prisioneiros ainda das amarras de uma reflexão que foi interrompida ou que se iniciou quando os limites à liberdade foram tão restritos. Caberá aos mais jovens o desafio de [...] repensar a sociedade brasileira com suas desigualdades, seus desafios, seus impasses e suas possibilidades de solução” (p. 156).

Coloca-se, então, a seguinte pergunta: estão sendo reproduzidas as condições institucionais necessárias para a formação de novas gerações de cientistas sociais capazes de tomar a si o desafio de recuperar e desenvolver uma interpretação crítica da sociedade brasileira? É para essa direção que apontam as diretrizes atuais de reestruturação geral da educação universitária e do sistema de formação cultural e científica? Para encaminhar uma possível resposta, retomo as principais concepções de Florestan Fernandes sobre o problema, recuperando, em linhas gerais, a história da idéia da autonomia da ciência e da cultura no cenário paulista desde a intensificação, na década de 20, dos debates em torno do projeto de criação de uma universidade de perfil humanista e científico, inspirada no modelo acadêmico francês. Isso porque, para usar a formulação de Martins, Florestan Fernandes desde logo percebeu que “nas

contradições de origem da USP, um projeto das oligarquias paulistas posto em execução em 1934, havia um terreno fecundo para o exercício da criatividade científica” (p. 13).

Inserida em um intenso processo de crescimento e diferenciação do mercado cultural e afinada com o clima de valorização geral da ciência que marca a industrialização e urbanização de São Paulo nas primeiras décadas do século, a universidade foi idealizada pelos liberais congregados em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*, em conflito com os rumos da política republicana e apreensivos com a “homogeneização” social – o crescimento das classes populares cidadinas – e o grande número de imigrantes de origem estrangeira que, no bojo do processo de desenvolvimento industrial, conquistavam amplos espaços nos setores fundamentais da atividade econômica do Estado, tanto na agricultura como na indústria. Demarcando a própria identidade pela diferença em relação aos homens práticos da esfera econômica e da esfera política, a elite liberal paulista, graças a sua situação social, ligou-se harmonicamente, pelo menos nesse momento, à concepção moderna da autonomia da atividade intelectual criando as condições de possibilidade para a emergência de um campo de produção cultural e científica com alto grau de independência em relação aos poderes religiosos, econômicos e políticos (2). Entre a corrupção oligárquica da política federal, o utilitarismo econômico e a ameaça das massas incultas, os liberais paulistas projetaram-se em um modelo de universidade que permitia a afirmação de uma independência fundada na cultura e na ciência, contraposta à subordinação dos coronéis ao poder e dos imigrantes ao dinheiro.

Na configuração propriamente cultural do conflito, a idéia de uma universidade científica e humanista opunha-se, de um lado, ao utilitarismo identificado às faculdades isoladas profissionalizantes, as tradicionais Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, de outro, a uma tradição cultural definida pelo caráter retórico e por

1 Para a caracterização da escola paulista de sociologia ver: José de Souza Martins, *op. cit.*; Élide Rugai Bastos, *Florestan Fernandes e a Construção das Ciências Sociais*; e Maria Arminda Arruda, “Trajetória Singular: o Acadêmico Florestan Fernandes”, in Paulo Martinez (org.), *op. cit.*, pp. 143-56 e 177-87.

2 Cf. Pierre Bourdieu, *The Corporatism of the Universal: the Role of Intellectuals in the Modern World*, trad. Carolyn Betensky, Telos, Fall, n. 81, 1989, pp. 99-110.

uma mentalidade de improvisação, de “brilhoso fácil” e nenhuma sistematicidade. Nesse cenário, a idéia da universidade foi apresentada pelos liberais paulistas como um dos pontos capitais de uma política educacional que representava, diante da estreiteza de horizontes da sociedade nacional, uma revolução intelectual. É nesse quadro que se insere a contratação das missões de professores estrangeiros para compor o corpo docente da nova instituição, fugindo dos moldes de recrutamento vigentes no país, segundo critérios políticos, doutrinários e econômicos. O fato é de extrema importância pois diretamente ligado à montagem de uma estrutura institucional especificamente acadêmica, baseada em procedimentos de seleção e critérios de avaliação estritamente fundados no mérito intelectual (3).

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os professores franceses e seu padrão europeu de trabalho científico chocaram-se com o estilo intelectual local, identificado a uma cultura diletante, alheia à realidade nacional, carente de consistência, mais símbolo de diferenciação social do que meio para a produção de conhecimento. Tal percepção da realidade local reforçou nos mestres estrangeiros a ênfase nos procedimentos especificamente acadêmicos em suas atividades didáticas na faculdade. Desse modo, a influência dos franceses, no sentido da institucionalização de um modelo de trabalho que se afirma contrariando a tradição local, tornou-se um dos aspectos mais importantes da história dessa instituição, contribuindo para definir a especificidade da experiência uspiana em âmbito nacional pelo tipo de influência que exerceu na formação de seus primeiros herdeiros e, particularmente, no modo de conceber a especificidade dos padrões acadêmicos de produção e de transmissão do conhecimento.

Embora idealizada para formar as novas elites intelectuais do país, a USP foi obrigada a receber os jovens das camadas urbanas emergentes. Contingentes expressivos de mulheres, professores primários que nunca haviam imaginado integrar-se a uma carreira acadêmica e filhos de imigran-

tes muitas vezes abastados mas culturalmente desenraizados – aqueles contra os quais os liberais articularam seu projeto educacional – formaram uma clientela que forçou os cursos da Faculdade de Filosofia no sentido da orientação profissionalizante, relacionando-se diretamente ao perfil científico que distingue historicamente a Universidade de São Paulo. Fruto do tipo de recrutamento social dos estudantes e da vigência interna de princípios acadêmicos de avaliação, a instituição tendeu a um perfil democrático que comprometeu o sentido geral do projeto inicial, desenvolvendo perspectivas que estavam presentes nele potencialmente.

Para uma exposição sintética do novo perfil intelectual em formação na academia, utilizo o depoimento de Antonio Candido, membro da primeira geração de formados da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, ao inquérito sobre os novos escritores promovido pelo *O Estado de S. Paulo* em 1943, no mesmo ano em que Florestan começou a publicar seus primeiros artigos sobre o “preconceito de cor”. Desde a apresentação, do organizador Mario Neme, o inquérito discute a questão das relações entre cultura e política, um problema que começava a conquistar espaço no bojo das transformações da conjuntura política nacional provocadas pela entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, enquanto, no âmbito da política interna, mantinha-se uma forma de governo de perfil antidemocrático. O depoimento então prestado por Antonio Candido ilustra exemplarmente a idéia de uma intelectualidade pura (4). Através da consideração de *Sentimento do Mundo*, de Carlos Drummond de Andrade, Candido define como “sentido do momento” a inserção da dimensão política no interior da produção cultural; o equacionamento de problemas políticos de uma perspectiva específica e crítica, ou seja, por mediação, e não como problema próprio da política institucionalizada e da atuação partidária. Segundo ele, os jovens intelectuais de São Paulo, entre os quais Candido incluí o colega Florestan Fernandes, são “críticos e estudio-

3 Cf. Sérgio Miceli. “Condições do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil [1930-1964]”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2., n. 5, São Paulo, Vértice, Anpocs, out./1987, pp. 5-26.

4 Cf. Antonio Candido in Mario Neme [org.], *Plataforma da Nova Geração*, Porto Alegre, Globo, 1945.

sos ‘puros’, no sentido de que, neles, dominará sempre esse tipo de atividade” (p. 34). Por isso, eles são, “sobretudo, desapegados de certos comodismos e de certos compromissos em que se atolaram ou ainda estão se atolando muitos dos nossos maiores” (p. 36). Sua “tarefa máxima” é o “combate a todas as formas de pensamento reacionário”, um combate a ser travado no campo da atuação intelectual crítica e não da ação político-partidária: “não nos compete assumir uma cor política qualquer e descer à rua, clamando por ação direta. Cada um com as suas armas. A nossa é essa: esclarecer o pensamento e pôr ordem nas idéias”. Com essas armas, Candido conclama seus pares a uma “guerra sem trégua aos mitos intelectuais reacionários” que impõem limites à “marcha do progresso” (p. 37).

Os trechos ilustram uma posição que guarda profundas afinidades com aquela desenvolvida por Florestan Fernandes. Diferenciando-se de outras perspectivas, como a de Paulo Emilio Salles Gomes, por exemplo, as formulações programáticas de Antonio Candido definem uma atuação intelectual que, por meio do senso crítico formado no exercício de uma competência cultural específica, conquista as condições de realização de uma crítica socialmente abrangente porque independente. Ao relacionar política e cultura em uma formulação interna aos campos da ciência e da arte, Candido delinea as possibilidades de uma crítica radical dos problemas da coletividade e, assim, os contornos do papel de liderança social da intelectualidade que tem alcance político na medida em que se nega como ação política direta, tendendo a uma perspectiva politicamente radical como resultado da fidelidade aos valores e critérios específicos de seus campos, definidos pela crítica racional e pela busca da verdade e da beleza. A “torre de marfim” não é o contrário da participação social da intelectualidade, mas a condição histórica para a conformação da modalidade especial de participação autônoma e potencialmente radical que uma intelectualidade “pura” tem a capacidade e o dever de praticar. Ao amadorismo da intelectualidade nacional

Candido associa o comprometimento político, de modo que a tarefa dos jovens acadêmicos “puros” define-se pelo enfrentamento, a um só tempo, do diletantismo e do conservadorismo que marcam o cenário cultural brasileiro. Florestan apropria-se dessa concepção do intelectual moderno em uma formulação própria, mais racionalista e sociológica, de crítica científica da sociedade (5). Aderindo a uma posição cientificista, Florestan projeta a possibilidade de uma realização radical do radicalismo proposto por Candido. No contexto político-cultural em que está inserido, o projeto de Florestan, de inspiração durkheimiana, de fincar as bases da ciência da sociedade apóia-se na idéia de que a principal tarefa da inteligência é conhecer e explicar a realidade existente de forma que se criem as condições de possibilidade para a transformação do estado dado de coisas, marcado por toda sorte de irracionalidades que criam obstáculos à institucionalização da ordem social competitiva, corrompendo o projeto moderno de uma sociedade secular, livre e igualitária.

As perspectivas oferecidas pelas ciências sociais e os rumos da atuação acadêmica em São Paulo confluíram, em Florestan Fernandes, para o delineamento de uma posição racionalista que afirma a autonomia da ciência em relação às esferas da ação, não para separar o pensamento da prática, mas em nome de uma prática orientada pela explicação teórica da dinâmica social. Nos termos usados em um pequeno artigo de 1946, a ação racional fundada na análise científica é o único caminho para “livrar o Brasil dos resultados maléficis da ação empírica, subordinada ao método de ensaio e erro com acerto ocasional” típico da política brasileira e responsável por efeitos sociais desastrosos (6). Nessa perspectiva, rejeita um enfoque estritamente político para a análise das possibilidades e dos limites do pensamento sociológico. Como explica no artigo de 1947, “O Problema do Método na Investigação Sociológica”, coube a Marx formular o princípio básico da questão das relações entre mudanças sociais e pensamento sociológico, segundo o

5 Para a crítica de Florestan Fernandes ao culturalismo ver: Élide Rugai Bastos, *op. cit.*

6 Cf. Florestan Fernandes, “Lendas dos Índios do Brasil”, in *O Folclore em Questão*, 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1989, pp. 182-5.

qual a consciência social de problemas e as condições objetivas para as soluções são correlatos. Assim, Marx vincula organicamente ciência e práxis concebendo a sociologia como expressão das mudanças sociais e fator de controle racional dessas mudanças. Seguindo essa trilha, Florestan formula o problema metodológico da “relação entre a perspectiva do sujeito e a forma de encarar o objeto da sociologia”. Por meio da análise das fontes sociais do conhecimento sociológico, que identifica a função e o significado das teorias sociais na situação social determinada em que se inserem, a sociologia controla suas fontes de erro alçando-se, como componente do sistema científico, acima das particularidades sociais, culturais e nacionais de seus criadores transmutadas, pela análise, em limites bem estabelecidos das diferentes vertentes teóricas, distinguindo-as entre si e permitindo sua utilização de forma complementar na investigação sociológica (7). Desse modo, Florestan delineia, nesse artigo, um programa de pesquisa ao qual se dedica durante as décadas de 50 e 60 e que compreende, basicamente, uma teoria da investigação sociológica, a definição dos campos da sociologia e o desenvolvimento da sociologia aplicada.

Em resumo, e fazendo uso das formulações de José de Souza Martins ao analisar as afinidades do pensamento de Florestan e Henri Lefebvre, o problema central da sociologia de Florestan é o desenvolvimento das possibilidades da ordem social. Como instrumento de esclarecimento das discontinuidades entre essas possibilidades e a ação dos agentes sociais, a sociologia dispõe-se a direcionar a práxis pelo controle racional dos aspectos irracionais que obstaculizam o pleno desenvolvimento da emancipação possível. Nas palavras de Florestan, em “O Significado das Ciências Sociais no Mundo Moderno”, de 1950, nas condições modernas de existência social, “somente quem vê algo sociologicamente, quer algo socialmente”. Ou seja, somente a educação pelas ciências sociais será capaz de criar “personalidades mais aptas” à participação política requerida pela sociedade

moderna. “A desobstrução do horizonte intelectual e a libertação dos efeitos sedativos da propaganda (e também da tradição nas esferas em que esta consegue preservar sua influência) parecem ser condições primárias para a formação de controles pessoais da vida pública, em sociedades de organização político-social democrática” (8). Repondo, como aponta Maria Arminda Arruda, uma concepção que se encontra na gênese do pensamento sociológico (9), Florestan concebe a sociologia como um conhecimento científico capaz de orientar a transformação social. Por isso afirma em 1963: “A condição número um de qualquer coisa é a implantação da ciência no Brasil” (p. 182).

Vê-se por quais caminhos a concepção da sociologia como ciência empírico-indutiva incorpora a questão da educação, situando a atuação de Florestan na campanha pelo ensino público e sua contínua preocupação com o perfil dos cursos de ciências sociais. O ponto central a reter é a centralidade conferida à autonomia da razão científica e à correlata independência da universidade – que por isso deve ser pública – como centro de produção e reprodução do conhecimento racional. Na associação entre ciência e sociedade, a primeira detém o papel dinamizador e é em seus termos que devem ser traduzidas as demandas externas. É por isso que Florestan desenvolve o tema da relação entre teoria e prática de uma perspectiva interna ao campo da sociologia, como sociologia aplicada. O cumprimento das finalidades sociais da ciência exige, portanto, que a universidade, núcleo da criação científica, mantenha-se em descompasso com a realidade social imediata. Ela não pode estar totalmente adaptada à sociedade, tampouco completamente entrosada com seu tempo histórico (10), só podendo realizar suas tarefas na medida em que se mantém à frente – ou, como veremos, na retaguarda – de seu próprio tempo.

Alinhado durante toda sua vida acadêmica em São Paulo à defesa intransigente do profissionalismo do cientista social, Florestan, nos anos 70, é levado a uma re-

7 Cf. Florestan Fernandes, *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, 3ª ed., São Paulo, Pioneira, 1976, pp. 409-23.

8 *Idem*, *ibidem*, p. 300.

9 Cf. Maria Arminda Arruda, *op. cit.*, p. 182.

10 Cf., em especial, Irene Cardoso, “Maria Antonia: um Estilo Esquecido”, in Paulo Martinez (org.), *op. cit.*, pp. 157-67.

cura total da “sociologia como profissão” em vista dos rumos tomados pela vida acadêmica e pela intelectualidade moderna. Para expor o que interessa em poucas palavras, utilizo sua análise das condições externas de validade do pensamento sociológico de 1978 (11). Segundo ela, a autonomia da sociologia do período clássico, demarcado entre 1830 e a Primeira Guerra Mundial, é fruto de seu deslocamento em relação à história. Enquanto a burguesia passava de classe dominante a conservadora, a sociologia clássica, inclusive aquela ligada à polaridade da dominação e da ordem burguesa, ficou para trás, fixada na utopia liberal. No isolamento acadêmico, no pensamento abstrato, a sociologia pôde manter-se na retaguarda da consciência burguesa, cujos ritmos históricos foram então acompanhados somente pelos homens de ação. Graças à ausência de pressões externas, a sociologia pôde desenvolver-se como ciência, notadamente nos campos da teoria geral, da pesquisa empírica e da investigação comparada, em direções opostas às dos assuntos práticos. O entreguerras marca o início de um novo período que se estende até 1945. Florestan designa a idade infantil do capitalismo monopolista, que inaugura o desenvolvimento da sociologia como profissão. A ciência passa, então, por uma fase pioneira de expansão, interagindo produtivamente com as pressões externas, em uma relação na qual exerce o papel dinamizador, apontando para a cientifização das técnicas sociais típicas das esferas da ação prática, ou seja, para a ampliação das possibilidades de racionalização da ordem social. No período seguinte, entre a revolução organizatória de 1945 e a revolução da automação dos anos 70, demarcando a idade madura do capitalismo monopolista, a revolução científica do período anterior é interrompida e inverte-se a relação entre sociologia e sociedade. Vinculada, de um lado, à rede de negócios vitais do capitalismo financeiro e do controle capitalista do sistema de produção e, de outro, às funções básicas de acumulação e de legitimação do Estado, a sociologia é incorporada ao circuito técnico da ordem

social. Reestruturada para a realização de funções práticas, em uma correlação na qual perdeu o papel dinamizador, a ciência adapta-se às técnicas sociais extra-científicas que irrompem da esfera da ordem e passam a definir os tipos de conhecimentos necessários, condicionando as metas e as formas de elaboração da pesquisa. A nova conformação da sociologia atinge os requisitos de liberdade e independência da atividade intelectual, desfigurando o caráter científico do pensamento sociológico. Na década de 50, o processo culmina na tecnificação da investigação empírica quantificada e na teoria do *middle range*. Operando uma redução cibernética da realidade, a sociologia deixa de conceber a ordem social como fato histórico, definindo-a agora como fluxo de recursos e resultados a ser tecnicamente calibrado. Incorporada à sociedade, a sociologia passa a produzir um pensamento “científico na forma, cibernético em seu conteúdo e tecnocrático em suas funções” (12).

Em meu entender, a grande diferença entre essa leitura e suas posições anteriores refere-se tão-somente à análise da realização histórica das possibilidades da sociedade moderna. Para Florestan, na década de 70 está claro que a cientifização das técnicas sociais da primeira metade do século foi uma possibilidade histórica que não se realizou, porém sua concepção de ciência continua sendo rigorosamente a mesma. Segundo ela, o requisito histórico do pensamento racional é sua independência em relação à sociedade. No período clássico e na *escola paulista*, a sociologia como ciência floresceu no deslocamento em relação a seu próprio tempo, na retaguarda ou à frente dos ritmos históricos dominantes.

Retomemos a pequena indagação acerca das condições de possibilidade das novas gerações de cientistas sociais retomarem a tradição da sociologia da USP. Assim como na época da reforma universitária de 1969 (13), a USP vem sendo hoje conclamada por todos os lados a modernizar-se, adequando-se historicamente e aprofundando suas relações com a sociedade. Como parte de uma reestruturação

11 Cf. Florestan Fernandes, *A Natureza Sociológica da Sociologia*, São Paulo, Ática, 1980.

12 Idem, *ibidem*, p. 74.

13 Cf. Irene Cardoso, *op. cit.*

geral do sistema de formação cultural e científica, que pressupõe a falência da universidade pública, circulam diversas propostas e são tomadas várias medidas visando atingir um novo patamar de conformação dos cursos universitários aos requisitos da economia. Desde a avaliação continuada até a tão decantada flexibilização dos currículos para atender às expectativas das novas gerações de estudantes, agora designados “clientes”, o novo paradigma gerencial inspira uma reestruturação organizacional da universidade que ordena as relações entre os estudantes e a instituição nos termos do contrato comercial privado. Com isso, desaparece a função específica da instituição, transmutada em mais uma empresa prestadora de serviços. Nesse quadro, as ciências sociais, como em geral as ciências humanas e as humanidades, são pressionadas para romper totalmente com a tradição uspiana, abandonando todo compromisso com a formação cultural e científica e concebendo-se estritamente como conjunto de técnicas socialmente valiosas que se oferecem aos patrocinadores e aos consumidores como mercadorias dispostas em prateleiras. Se um tal projeto for implantado na Faculdade de Filosofia da USP, tudo indica que se reduzirão drasticamente as possibilidades da ciência social no Brasil contemporâneo, já que o novo modelo reduz ainda mais as condições de possibilidade de produção e reprodução de um pensamento sociológico criador e crítico.

co. Fruto de um modelo em princípio heterônomo, os futuros cientistas sociais estarão muito mais distantes do que hoje da tradição da *escola paulista de sociologia* e especialmente despreparados para uma atuação intelectual independente. Nesse sentido, deveria parecer-nos inquietante que enquanto as ciências naturais como a biologia genética, por exemplo, apelam para que as ciências humanas tomem a si a tarefa de orientar a reflexão sobre os problemas éticos, morais, políticos e sociais gerados por suas recentes descobertas e invenções, as disciplinas humanísticas mostrem-se incapazes de aceitar o desafio, acuadas em uma universidade que se reestrutura segundo padrões, requisitos e objetivos próprios da esfera econômica. Tudo parece indicar, portanto, que a possibilidade daquela semente enterrada sob a neve germinar corre o grande risco de tornar-se cada vez menor, suscitando até a desconfiança de que já estava então geneticamente modificada, preparada para germinar uma única vez para depois tornar-se estéril para sempre. De todo modo, e como a história não está escrita nas estrelas, fica a lição de Florestan Fernandes, atualizada por seus herdeiros, que nos incita, diante de tantos discursos que propõem o fim da universidade e a desestruturação dos cursos de ciências sociais em nome do progresso da ciência, a perguntar como ele sempre fez: *mas exatamente de que ciência o senhor está falando?* (14).

14 Cf. Gerard Lébrun, “O Brasil de Florestan Fernandes”, trad. Renato Janine Ribeiro, in Maria Angela Dincao (org.), *O Saber Militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 263-74.